



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

### 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Wander Borges e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta por determinação do presidente da comissão os Projetos de Lei nºs 3.107/2015, por haver sido apreciado em reunião anterior, e 3.016/2015, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.017 e 1.028/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses) e 1.132/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda). O Projeto de Lei nº 1.111/2015 é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais a requerimento do relator, deputado Tiago Cota, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.053, 3.057 e 3.099/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.544/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião, com convidados, para debater os critérios adotados pelo Tribunal de Contas do Estado para avaliação das contas públicas do Estado e dos municípios mineiros. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Rogério Correia – Antônio Carlos Arantes – Geraldo Pimenta.

**ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, João Leite, Gustavo Corrêa, Antônio Jorge e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Mariah Brochado Ferreira (5), secretária de Estado adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (13/11/2015), e Fátima Regina França Farah, chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES (26/11/2015), e do Sr. Guilherme de Almeida Gonçalves de Oliveira, chefe de Gabinete do Ministro da Saúde (26/11/2015). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.946/2015 (relator: deputado Glaycon Franco) e 2.815/2015 (relator: deputado Carlos Pimenta), ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 543/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Carlos Pimenta). Neste momento, o deputado Gustavo Corrêa passa a substituir o deputado Carlos Pimenta (por indicação da liderança do BVC). Após discussão e votação, é aprovado o parecer do Projeto de Lei nº 775/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ricardo Faria). Na fase de discussão dos pareceres do relator, deputado Arlen Santiago, que concluem pela aprovação do Projeto de Lei nº 27/2015, no 2º turno, e do Projeto de Lei nº 367/2015, no 1º turno, ambos na forma dos Substitutivos nº 1, o presidente defere o pedido de vista do deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.069, 3.191, 3.193, 3.222, 3.267, 3.295 e 3.329/2015, registrando-se, em relação a esse último, os votos pela rejeição dos deputados Arlen Santiago e Gustavo Corrêa. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.266/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.624/2015, dos deputados Glaycon Franco e João Alberto, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal de Ouro Preto pedido de informações sobre as seguintes questões: 1) por que os dados de saúde do município não estão disponíveis no SargSUS; 2) onde estão disponíveis para consulta o plano plurianual e os relatórios de gestão; 3) se a dívida da prefeitura com a Santa Casa, decorrente do pronto-atendimento, foi paga, no todo ou em parte, após a intervenção; 4) se a prefeitura está preparada para organizar o atendimento à população sem o pronto-atendimento da Santa Casa, caso a intervenção acabe por decisão judicial de instância superior; 5) se é viável unir o pronto-atendimento da Santa Casa com o pronto-atendimento da UPA; 6) o que está sendo planejado para melhorar a atenção primária em saúde no município, visto que foram registrados aumento da mortalidade infantil, óbito de gestante, demora na entrega de exames laboratoriais; 7) qual o planejamento para melhorar o serviço das equipes de saúde da família; 8) por que não foi restabelecido o funcionamento da farmácia popular no prédio da Câmara Municipal, no Bairro Barra; 9) sobre o Samu, se é intenção da prefeitura aderir ao consórcio intermunicipal com 104 municípios; 10) que garantias a prefeitura pode oferecer de que o médico de referência (regulador) será capaz de dar apoio às demandas da comunidade de Ouro Preto, tendo em vista a quantidade de municípios do consórcio do Samu; 11) por que a prefeitura continua pagando R\$2.446,00 de aluguel da casa onde funcionava o posto de saúde no Bairro São Cristóvão, visto que a SMS não está mais utilizando o imóvel; 12) por que a verba federal no valor de R\$468.000,00, disponível no Fundo Municipal de Saúde para construção de uma unidade de acolhimento para vítimas do crack, ainda não foi utilizada; 13) que medidas serão tomadas pelas Secretarias municipais de Saúde e de Obras e Meio



Ambiente para solucionar o problema dos córregos contaminados por esgoto doméstico e da grande quantidade de animais soltos nas ruas;

nº 4.625/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de troca da frota de veículos do Samu e do Sistema Estadual de Transporte em Saúde, enviando a esta Casa relatório com a quantidade de veículos utilizados e a quilometragem de cada um;

nº 4.626/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a renovar a frota de veículos utilizados no Estado pelo Samu e pelo Sistema Estadual de Transporte em Saúde;

nº 4.627/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o montante de recursos financeiros destinados aos consórcios intermunicipais de saúde em 2015 e a previsão orçamentária desses investimentos para 2016;

nº 4.628/2015, dos deputados Antônio Jorge e Arlen Santiago, em que solicitam seja realizada visita ao Tribunal de Contas do Estado para debater a contratação de pessoal pelos consórcios intermunicipais de saúde, convidando representantes do Ministério Público e dos consórcios intermunicipais existentes no Estado;

nº 4.629/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental e na Lei Orçamentária Anual para aplicação em 2016 no Sistema Estadual de Transporte em Saúde;

nº 4.630/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao Ministério Público do Estado pedido de providências com vistas a impedir a retirada dos idosos da Colônia Padre Damião, em Ubá, solicitada pelo presidente da Fhemig, conforme denunciado pela Sra. Ivone de Oliveira Rocha;

nº 4.631/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sejam adquiridas cadeiras de rodas para as unidades de tratamento de hanseníase da Fhemig, em especial do Município de Ubá, visto que as que estão em uso são insuficientes e estão sucateadas;

nº 4.632/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidência da Fhemig, à Secretaria de Saúde e ao governador do Estado pedido de providências para colocar em funcionamento o equipamento de tomografia e radioterapia do Hospital Alberto Cavalcanti;

nº 4.633/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde – pedido de providências para garantir a segurança e a proteção das Sras. Adriana Ribeiro Santos e de sua família e de Ivone de Oliveira Rocha, moradoras das colônias de hansenianos da Fhemig, que, segundo relato da primeira, vêm sendo vigiadas e pressionadas pelo Sr. José Maria, gerente assistencial da instituição, devido a denúncias por elas apresentadas;

nº 4.634/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para garantir a segurança dos servidores do Hospital Raul Soares tendo em vista os ataques por parte de pacientes oriundos do sistema prisional;

nº 4.635/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para melhorar a infraestrutura do Hospital Alberto Cavalcanti, tendo em vista as denúncias de falta de ar-condicionado e mau funcionamento do bebedouro, entre outras, apresentadas na 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde pelo Sr. Washington Guedes, cuja mãe ficou internada 18 dias no mencionado hospital;

nº 4.638/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à presidência da Fhemig pedido de providências para que cumpram o acordo de greve que prevê o pagamento do adicional de emergência aos servidores do Posto 1 e do Posto 2 do Hospital Alberto Cavalcanti;



nº 4.639/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde – as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde e pedido de providências para apuração de denúncias de assédio moral apresentadas pelos servidores da Fhemig nessa reunião, bem como denúncia de cerceamento do direito de greve pela ameaça do corte de ponto dos dias de paralisação;

nº 4.640/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Saúde e à presidência da Fhemig pedido de providências para suspender o corte de ponto dos servidores da Fhemig nos dias de paralisação;

nº 4.641/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde –, à Defensoria Pública, à presidência da Fhemig, à Secretaria de Estado de Saúde e ao governador do Estado os requerimentos, o registro em vídeo e as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde para providências;

nº 4.642/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que não sejam reduzidos os valores da Gratificação de Incentivo à Eficientização do Serviço – Giefs –, pagos aos servidores da Fhemig;

nº 4.643/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores da Gratificação de Incentivo à Eficientização do Serviço – Giefs –, pagos a cada servidor da Fhemig, mensalmente, nos anos de 2014 e 2015;

nº 4.644/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências para apurar os valores pagos a título de Gratificação de Incentivo à Eficientização do Serviço – Giefs – aos servidores ocupantes de cargo de direção da Fhemig, que seriam muito maiores do que os pagos aos demais servidores do órgão, além de o incentivo estar sendo diminuído no ano de 2015, conforme denunciado na 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde;

nº 4.645/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Fhemig, à Secretaria de Estado de Saúde e ao governador do Estado pedido de providências para fornecer vale-transporte aos funcionários da Fhemig que trabalham nas colônias de hansenianos de Bambuí, Ubá e Três Corações, visto que outros servidores recebem o benefício;

nº 4.646/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Presidência da Fhemig pedido de providências para restabelecer o fornecimento de alimentos – etapa crua e etapa cozida – para os residentes das colônias de hansenianos pertencentes à Rede Fhemig;

nº 4.647/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados à Presidência da Fhemig e ao Ministério Público do Estado pedido de providências para apurar denúncias, apresentadas na 30ª reunião extraordinária da comissão, de agressões físicas sofridas pelos servidores da instituição em seus hospitais psiquiátricos e cópia das notas taquigráficas dessa reunião;

nº 4.648/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre quais pacientes estão sob a tutela da instituição e quais servidores são responsáveis por essa tutela nas colônias de hansenianos em toda a Rede Fhemig, nos últimos cinco anos;

nº 4.650/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para concluir as obras do Hospital de Barbacena, que integra a Rede Fhemig;

nº 4.651/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas nas gravações de áudio das reuniões da Mesa SUS-MG ocorridas em 22/10 e 19/11/2015;



nº 4.652/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Fhemig pedido de providências para restabelecer o fornecimento de leite para Laura Alves de Paula e Adilson Mendes de Oliveira, pacientes da Colônia Padre Damião, de Ubá;

nº 4.653/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhadas ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais as notas taquigráficas e cópias do vídeo da 30ª Reunião Extraordinária da comissão para conhecimento da atual situação da Fhemig, bem como das denúncias feitas contra essa instituição pelos presentes na reunião;

nº 4.654/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Evanius Garcia Wiermann, presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, pela representação, feita junto ao Ministério Público Federal em Minas Gerais, contra a Portaria do Ministério da Saúde nº 20, de maio de 2015, que exclui do Sistema Único de Saúde o procedimento de quimioterapia adjuvante no tratamento do câncer de cabeça e pescoço;

nº 4.655/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o funcionamento da Resolução SES-MG nº 4.380/2014, que institui o Programa Respira Minas;

nº 4.656/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita ao Hospital Odilon Behrens com vistas a avaliar o funcionamento do setor de urgência e emergência do hospital e da UPA a ele vinculada;

nº 4.657/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realidade encontrada no Hospital Odilon Behrens durante visita da comissão e avaliar o funcionamento do setor de urgência e emergência do hospital e da UPA e a situação funcional do corpo clínico e de funcionários.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os seguintes requerimentos, registrando-se os votos pela rejeição dos deputados Ricardo Faria, Glaycon Franco e Doutor Jean Freire e os votos favoráveis dos deputados Arlen Santiago e Gustavo Corrêa:

nº 4.636/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja formulada manifestação de repúdio à presidência da Fhemig em razão de atos de assédio moral praticados contra a Sra. Antonieta de Cássia Dorledo de Faria pelo Sr. Cristiano da Mata Machado, assessor de regulação do Ipsemg, que a mandou "calar a boca" e disse que, "quando um burro fala, o outro murcha a orelha", conforme denúncia apresentada na 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde;

nº 4.637/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à presidência do Ipsemg pedido de providências solicitando a exoneração do Sr. Cristiano da Mata Machado, assessor de regulação do Ipsemg, tendo em vista as denúncias de assédio moral e má gestão da instituição, apresentadas na 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde;

nº 4.649/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências com vistas a realizar auditoria externa para apurar o estado de sucateamento das unidades da Rede Fhemig; a averiguar a presença de infiltrações no Hospital Júlia Kubitschek, que ocasionaram o fechamento de 10 leitos de CTI nessa unidade e o agravamento das condições dos serviços prestados à população; e a viabilizar a montagem, no referido hospital, do tomógrafo comprado há um ano e ainda não em funcionamento.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.658/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam realizadas audiências públicas nos meses de fevereiro, maio e setembro de 2016, com a presença do secretário de Estado de Saúde, para ouvir a apresentação do relatório detalhado do gestor do SUS no Estado, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 141, de 2012;

nº 4.659/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações sobre as obras de reforma da Unidade de Atenção Primária à Saúde de Furtado de Menezes, nesse município;

nº 4.660/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a substância fosfoetanolamina sintética, que vem sendo considerada como a cura do câncer;

nº 4.661/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública para debater questões de infraestrutura relacionadas ao Hospital Júlia Kubitscheck;

nº 4.662/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada visita ao secretário Municipal de Saúde de Mariana para conhecer e discutir os impactos causados pelo desastre protagonizado pela Samarco Mineração;

nº 4.663/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a necessidade quantitativa de leitos novos de UTI e UTI neonatal no Estado;

nº 4.664/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que verifique a possibilidade de complementação de, no mínimo, 100% dos valores pagos para os leitos dos SUS das unidades de terapia intensiva – UTIs – e UTIs neonatais de todos os hospitais de Minas Gerais, devido à crise enfrentada por essas entidades em razão da defasagem do valor pago, que não cobre sequer os custos das unidades;

nº 4.665/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao ministro da Saúde pedido de informações para que indique qual a perspectiva de reajuste dos valores pagos pelo SUS para as unidades de terapia intensiva – UTIs – e quais medidas estão sendo tomadas para evitar que ocorra um "apagão" nos atendimentos de UTIs no País, visto que a defasagem dos valores pagos por esses serviços está inviabilizando a manutenção dos leitos em funcionamento, pois não cobrem sequer os custos das unidades;

nº 4.666/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à presidência da Fhemig e à direção do Hospital Júlia Kubitscheck pedido de providências para que seja consertado o vazamento de água no telhado da ala onde está instalado, provisoriamente, o CTI 2 do referido hospital;

nº 4.667/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à presidência da Fhemig e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a concluir a reforma do espaço que abrigará o novo tomógrafo do Hospital Júlia Kubitscheck;

nº 4.668/2015, dos deputados Arlen Santiago, Ricardo Faria e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado à presidência da Fhemig e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a dar continuidade às obras da ala H do Hospital Júlia Kubitscheck, paralisadas desde 2014, inicialmente prevista para alojar o setor de transplante do hospital;

nº 4.669/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à presidência da Fhemig e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a retomar as obras de construção do novo CTI do Hospital Júlia Kubitscheck, paralisadas desde 2014;

nº 4.670/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à presidência da Fhemig e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a avaliar a possibilidade de alterar o instrumento de contratação do Hospital Infantil João Paulo II, antigo CGP, a fim de estendê-lo para contratação de profissionais na área de pediatria que prestarão serviço no Hospital Júlia Kubitscheck.;

nº 4.671/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à presidência da Fhemig e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a elaborar e executar novo projeto de reforma do bloco cirúrgico do Hospital Júlia Kubitscheck, haja vista que o último projeto de reforma do setor data de 2002 e está obsoleto, segundo relato de funcionários;

nº 4.672/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os acidentes e mortes de trabalhadores na Cemig;



nº 4.673/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde e ao ministro da Saúde pedido de informações sobre a quantidade de leitos de UTI credenciados no Estado nos últimos quatro anos;

nº 4.674/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité pedido de informações sobre o motivo da edição de ato administrativo que determinou o cancelamento da licença da servidora Leide Cássia Fernandes Medeiros, para o exercício de mandato eletivo em diretoria sindical, e o retorno às suas funções, visto que faz jus à licença, conforme previsão legal do estatuto dos servidores públicos do município;

nº 4.675/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o conhecimento ou o desconhecimento das denúncias de assédio moral e má gestão do Ipsemg imputadas a Cristiano da Mata Machado, conforme relatos apresentados na 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde, em 24/11/2015, e pedido de providências para solucionar o problema;

nº 4.676/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidência da Fhemig, à Secretaria de Estado de Saúde e ao governador do Estado pedido de providências com vistas a avaliar a possibilidade de atendimento das seguintes demandas dos funcionários do Hospital Júlia Kubitschek: 1) equiparação dos valores pagos aos servidores aposentados do hospital aos valores pagos aos servidores que estão na ativa; 2) aumento da Gratificação Mensal de Produtividade, que, segundo os servidores, vem diminuindo desde 2014, apesar de a produtividade ter aumentado; 3) abono das faltas dos funcionários do hospital que fizeram paralisação nos dias 13, 14 e 15/10/2015, quando reivindicaram melhores condições de trabalho; e 4) construção de espaço para descanso dos funcionários plantonistas no serviço de esterilização e no bloco cirúrgico, haja vista que muitos estão descansando em macas ou no chão, segundo relato de funcionários;

nº 4.677/2015, dos deputados Carlos Pimenta, Glaycon Franco e Arlen Santiago, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a auxiliar os municípios no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, devido à ameaça de epidemia de doenças como a microcefalia, causada pelo vírus Zika, transmitido por esse mosquito.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Doutor Jean Freire, presidente – Ricardo Faria – Antônio Jorge.

#### **ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Ricardo Faria e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir a apresentação do Relatório Sintetizado de Vitorias aos Hospitais de Pequeno Porte elaborado pela Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sanitária Sudeste e os encaminhamentos dados para os problemas registrados. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Isabela Gonçalves Barros, referência técnica da Diretoria de Políticas e Gestão Hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde; Maria Aparecida Marques Campos, presidente de Associação de Diabetes Infantil – ADI; e os Srs. Rodrigo Ferreira de Barros, coordenador regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sudeste; Danilo Borges Matias, diretor de Políticas e Gestão Hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde; e Heldemir Azevedo Alves, secretário municipal de Saúde de São João Nepomuceno e presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde – Cosems – de Juiz de Fora, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo



após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Glaycon Franco – Doutor Jean Freire – Ricardo Faria.

#### **ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015**

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Wander Borges e João Alberto (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita às senhoras deputadas e aos senhores deputados que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a entregar os diplomas referentes a votos de congratulações com os vencedores do 30º Festival da Canção de Turmalina – Festur – e com o Sr. Zilmar Pinheiro Lopes, prefeito de Turmalina, pela organização do evento e com os participantes da Folia Velha do Logradouro, do Município de Cordisburgo, pelos seus 95 anos de atividades. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da senhora Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta de Casa civil e de Relações Institucionais, publicada em 12/11/2015, e do Sr. Vítor Valverd, secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, publicada no *Diário do Legislativo* de 12/11/2015. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 806/2015, em 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Ione pinheiro. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Zilmar Pinheiro Lopes, prefeito Municipal de Turmalina; Laércio Beethoven; Túlio Fernandes; Gustavo Lima de Almeida; Rangel de Oliveira; Luiz Felipe Lima de Almeida; Bruno Carvalho Alkimim; Harley Godinho Bessa e Jardel Batista, integrantes da Banda Capitália; Joaquim Barbosa Martins e Geraldo Fernandes Costa, do Folia Velha, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado João alberto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Em seguida, a presidência procede à entrega dos diplomas aos agraciados. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.215/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Wander Borges). Em seguida, o Projeto de Lei nº 2.952/2015, em 1º turno (relator: deputado Thiago Cota), é convertido em diligência ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais – Iepha. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.782/2015 (relatora: deputada Cristina Corrêa) e 2.863/2015 (relator: deputado Thiago Cota). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.118, 3.119, 3.226, 3.227, 3.228, 3.229 e 3.256/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.038, 2.327, 2.710, 2.752, 2.766 e 2.767/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 3/12/2015, às 9h30m, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Bosco, presidente – Cristina Corrêa – Wander Borges.





**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/1/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Camila de Jesus Rocha, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos;

nomeando Walter Luiz Ribeiro, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos.